

REQUERIMENTO Nº DE 2012

(Do Sr. Luiz Argôlo)

Requer a realização de audiência pública sobre a mineração submarina no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeiro nos termos regimentais a realização de uma audiência pública sobre a mineração submarina no Brasil no que tange aos suas dificuldades tecnológicas, as suas implicações para a defesa nacional, as suas oportunidades econômicas e o arcabouço regulatório necessário para uma exploração responsável e sustentável.

Solicito, portanto a convocação do Sr Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia; o Sr Luiz Antônio Elias , Secretário Executivo do Ministério de Ciência , Tecnologia e Inovação; O Almirante de Esquadra Julio Soares de Souza Neto , Comandante da Marinha do Brasil , bem como representantes apontados da VALE e da Petrobrás.

JUSTIFICATIVA

A busca por recursos naturais tem sido fonte constante de aprimoramento dos mecanismos econômicos da sociedade, bem como uma das maiores forças motrizes para a inovação tecnológica. Deparamos-nos atualmente com a possibilidade de exploração comercial mineral das jazidas submarinas em nossa zona costeira. O que duas décadas atrás não passava de exercício futuroológico, se encontra como potencial factível das matrizes mineral e energética de nosso país, como resposta a crescente demanda de nossa economia.

Todavia as questões levantadas são de magnitude comparável. Até o momento o mais similar a este tipo de mineração é a prospecção dos campos de pré-sal, os quais tem um desafio de igual monta a sua importância. Não temos porque crer que haverá maior facilidade quanto a outros tipos de substratos. O desenvolvimento tecnológico necessário a essa exploração é outro desafio colossal, mas que terá imensas externalidades positivas a nossa sociedade. O tema também levanta as questões acerca de nossa segurança nacional, os quais devem ser integrados permanentemente aos outros debates, bem como o plano de segurança destas possíveis fontes cruciais de matérias primas ao país. Também se torna necessário o debate quanto ao licenciamento ambiental de tais projetos. Por fim, permeando todas estas questões existe o arcabouço regulatório desta iniciativa, o qual norteará e qualificará todo este promissor desenvolvimento

É crucial que a Comissão de Minas e Energia seja inserida neste debate no momento de definição destas políticas, para que as respostas encontradas sejam um acordo entre a vontade popular e os caros interesses do estado.

Sala da Comissão, 31 de Outubro de 2012.

Deputado Luiz Argôlo
PP/BA